



## Durão Barroso : *Europa solidária e com capacidade de afirmação*



O Primeiro-Ministro **Durão Barroso** deslocou-se a Estrasburgo onde se avistou com os **Deputados portugueses** ao Parlamento Europeu de **todos os partidos políticos**.

Em intervenção que produziu no Grupo PPE sobre o **Futuro da Europa** afirmou: "*Portugal não quer uma Europa que seja um super-Estado federal baseado numa Constituição que se sobreponha às dos Estados-Membros, mas também não quer uma Europa minimalista, sem sentido de solidariedade no plano interno e sem capacidade de afirmação no plano externo*".

texto nas págs. 4 e 5

### Um projecto europeu

Enquanto Durão Barroso se dirigia em Estrasburgo aos Deputados do PPE ninguém pensou que, **menos de duas semanas mais tarde a Comissão daria passos tão concretos no sentido do alargamento**.

E no entanto o Primeiro Ministro afirmou "*O alargamento não é uma questão para amanhã. É uma realidade de hoje!*"

**10 novos países na primeira fase**, mais 75 milhões de habitantes, **uma UE com 25 Estados-Membros e cerca de 455 milhões de habitantes** apenas menos que a China e que a Índia. **Uma Europa maior mas mais desigual** marcada por importantes disparidades económicas.

Trata-se, sem dúvida, de uma alteração sem precedentes na História da UE e que se desenrola perante a indiferença e a apatia da maior parte dos europeus e particularmente dos portugueses.

E é neste contexto que não pode deixar de nos orgulhar o facto do **Primeiro-Ministro e Líder do PSD** na sua deslocação a Estrasburgo, **ter prestigiado Portugal**.

Após ter reunido com todos os eleitos portugueses, **Durão Barroso impressionou o PPE** pela clareza, pelo equilíbrio e pela firmeza das posições que defendeu. *Carta da Europa* publica na página 5 algumas das reacções. Ficou claro, para todos, que o **PSD português e o seu Líder têm um Projecto europeu**.

*Carlos Miguel Coelho*

### União tem **défice de mobilidade**

Relatório de  
**Regina Bastos**

pág. 2

### Directiva sobre **Comércio de Emissões**

Relatório de  
**Jorge Moreira da Silva**

pág. 3

### Propostas para **a cidadania europeia**

Relatório de  
**Carlos Coelho**

pág. 6

### O **PSD disse**

Intervenções de  
- Arlindo Cunha  
- Joaquim Piscarreta  
- Sérgio Marques

pág. 7

# União tem déficit de mobilidade profissional



O Parlamento Europeu aprovou o Relatório da Deputada Regina Bastos sobre o Plano de Acção da Comissão para as Competências e a Mobilidade.

Regina Bastos, na apresentação em Plenário do seu relatório defendeu que *"a mobilidade é um factor importante para a criação de melhores empregos e para a redução do déficit de competências no mercado de trabalho europeu, sendo manifesta, porém, a existência de um déficit de mobilidade profissional e geográfica"*.

Relativamente à mobilidade profissional, Regina Bastos salientou que *"os cidadãos europeus não mudam de emprego com muita frequência, há contudo uma evolução ascendente na maior parte dos Estados-Membros, desde 1995"*.

Já quanto ao movimento de trabalhadores entre e no interior dos Estados-Membros, para Regina Bastos, *"o panorama não é mais animador: temos quase metade da taxa de mobilidade dos cidadãos americanos"*.

Nos últimos 10 anos, 38% dos cidadãos da UE mudaram de residência: a grande maioria (68%) dentro da mesma cidade, e apenas 4,4% se instalou noutra Estado-Membro.

Em 2000, só 1,2% de europeus mudaram de região. Os britânicos (1,9%) são os que mais aplicam a mobilidade, seguidos dos suecos (1,7%) e dos franceses (1,5%), sendo que foram os gregos e os espanhóis (0,1%) aqueles que menos uso fizeram da mobilidade.

*Apenas uma pequena 'elite' de 225 mil cidadãos europeus mudou para um outro país da União, o que representa 0,1% da população dos Quinze!"*

Regina Bastos salientou que foram estas razões que levaram a Comissão Europeia, em Fevereiro de 2002, a estabelecer um **Plano de Acção para as Competências e Mobilidade** que identifica 25 Medidas que visam responder às carências e às necessidades que foram apontadas pela "Task Force de Alto Nível".

Neste Relatório, Regina Bastos destaca *"determinadas medidas que visam a promoção da mobilidade profissional*

*e geográfica e a eliminação dos obstáculos à sua plena concretização.*

1º - *É indispensável que as autoridades locais, sejam integradas na criação de uma rede de organismos consultivos sectoriais e educacionais com vista a aproximar o mundo laboral dos sistemas educativos.*

2º - *Um dos pilares da Estratégia Europeia do Emprego, o 'espírito empresarial', deve ser apoiado com as verbas adequadas pelos Estados-Membros e estes devem reforçar a coordenação em matéria de formação.*

3º - **O papel dos parceiros sociais.** *É de salientar a sua importância na promoção do acesso à formação visando o objectivo de alcançar mais e melhores qualificações e competências dos trabalhadores por conta de outrem.*

4º - *É necessário aplicar com maior rigor a legislação comunitária sobre o reconhecimento mútuo das qualificações.*

5º - *Os programas de intercâmbio de jovens, a consciência quanto à diversidade cultural, as capacidades linguísticas e a cidadania devem ser fomentados ao longo da formação.*

6º - *Para lutar contra a sub-representação das mulheres nos sectores da alta tecnologia, é necessário apoiar a realização de acções de formação, bem como a introdução das TIC e de novos sistemas de aprendizagem que garantam às mulheres um acesso prioritário. Sem esquecer a formação e requalificação dos trabalhadores mais idosos, das pessoas com deficiências e de outros grupos desfavorecidos.*

7º - *O papel fundamental que o teletrabalho pode desempenhar enquanto resposta a uma mobilidade geográfica que o trabalhador não deseja.*

8º - **A transferibilidade das pensões.** *Este ponto é um dos mais delicados neste tema já que as pensões são um obstáculo muito importante à mobilidade. Um trabalhador que adquiriu direitos a uma pensão no seu Estado-Membro pode arriscar-se a não poder transferi-los.*

9º - *A utilidade do sistema EURES não pode deixar de ser salientada. No entanto, é necessário alargá-lo e modernizá-lo"*.



# Directiva sobre Comércio de Emissões



**O Parlamento Europeu aprovou o Relatório do Deputado Moreira da Silva sobre Comércio de Emissões.**

Jorge Moreira da Silva congratulou-se com o facto de, "com a aprovação deste relatório - sobre a primeira iniciativa legislativa europeia pós-Quito - estarem finalmente criadas as condições para que as Alterações Climáticas e o Protocolo de Quioto deixem de ser, na União Europeia, uma preocupação meramente teórica passando a constituir um pilar importante da política económica e ambiental.

*Nasceu a Economia do Carbono. Quem for capaz de produzir o mesmo com menos emissões de gases com efeito de estufa vencerá".*

O relator destacou o facto de "este sistema de Comércio de Emissões, com arranque previsto para 2005 e englobando cerca de 5.000 empresas europeias (fontes pontuais de grande dimensão) do sector da

energia (combustão, refinarias, fornos de coque) e indústria (metais ferrosos, papel e minerais), correspondentes a mais de 46% de todas as emissões europeias de dióxido de carbono, conduzir à obtenção de importantes vantagens:

1- O Sistema Europeu de Comércio de Emissões acelerará a **correção**, já a partir de 2005, da **situação de incumprimento dos compromissos de Quioto**, que se verifica hoje na maioria dos Estados-membros.

2- O sistema europeu contribuirá para uma aprendizagem prática, nas empresas dos Estados-membros, para o **arranque, em 2008, do sistema internacional de comércio de emissões** (definido no Protocolo de Quioto);

3- Mas a grande vantagem reside no facto de o sistema **reduzir fortemente os custos de implementação dos compromissos assumidos pela União Europeia em Quioto**. Estima-se que esta redução dos custos seja da ordem dos 35%, correspondendo a uma economia de mais de 1.300 milhões de euros, por ano, até 2010, na UE".

## Principais alterações introduzidas à proposta de Directiva

1 - A manutenção do **carácter vinculativo** da Directiva já a partir de 2005

2- A possibilidade de **alargamento voluntário**, da parte dos Estados-membros, a **mais instalações e actividades** do que aquelas estipuladas pela Directiva (no seu Anexo 1). O que permite que, por exemplo, os Estados-membros possam unilateralmente incluir outras actividades e sectores económicos como o dos Transportes e as Pequenas e Médias Empresas.

3- A **introdução de um tecto nacional de direitos de emissão**, o que assegura que os Estados-membros só podem colocar no mercado nacional uma quantidade de direitos de emissão que seja consistente com a convergência linear com as metas de Quioto. Desta forma, garante-se, ao contrário do que sucedia com a proposta da Comissão Europeia, um objectivo quantificado da redução das emissões através do sistema — isto é, metade do esforço global para cumprir Quioto na UE — e evita-se o risco

de atribuição excessiva em alguns países.

4- A **proibição**, entre 2005 e 2007, da utilização (para preenchimento das obrigações impostas pela Directiva do Comércio De Emissões) de **créditos resultantes de projectos** (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Implementação Conjunta) **realizados fora da UE**.

5- A **cobertura dos 6 gases com efeito de estufa** (e não apenas do dióxido de carbono, como previa a Comissão Europeia).

6- A **inclusão da indústria Química e do Alumínio** (cuja participação estava excluída na proposta formulada pela Comissão Europeia).

7- A **atribuição inicial dos direitos de emissão** através de um método híbrido baseado na cedência gratuita, mas com uma pequena parte de leilão (15% em substituição do método proposto pela Comissão Europeia de 100% cedência gratuita).

# Durão Barroso: Uma visão europeia !



A Europa de todos nós, a dos cidadãos dos actuais 15, mas também a daqueles que em breve se vão juntar a nós, é uma matéria que merece uma reflexão urgente. **Não nos podemos convencer que temos todo o tempo à nossa frente.** Isso seria falso. Os trabalhos da Convenção estão a decorrer. E se **não queremos que a Conferência Intergovernamental** que se lhe seguirá **fique bloqueada** nas dúvidas e no desacordo, será necessário reflectirmos desde já nas soluções que serão aceitáveis por todos.

**O alargamento não é uma questão para amanhã.** É uma realidade de hoje! Já em 2003, ou seja, dentro de alguns meses, os candidatos, que participam já nos trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa, participarão plenamente também, e a todos os níveis, nas actividades do Conselho de Ministros, bem como no Conselho Europeu e terão observadores a participar nos trabalhos do Parlamento Europeu. **Seria politicamente inaceitável não associar plenamente os nossos futuros parceiros à Conferência Intergovernamental** que decidirá sobre o nosso futuro e também sobre o deles.

**Infelizmente, algumas propostas** que circulam com insistência **mostram uma vontade clara de reforçar a dimensão intergovernamental da União.** Outras sugestões, com o pretexto do alargamento, procuram, de forma mal disfarçada, o reforço da posição de certos Estados membros. **Estou em oposição** a uns e a outros, bem como **a qualquer solução que se traduza num qualquer directório.**

**Seria inaceitável modificar o equilíbrio institucional** prejudicando as prerrogativas da Comissão. Alguns dizem que a Comissão não tem o mesmo grau de legitimidade que o Conselho ou o Parlamento Europeu. Na minha opinião, talvez seja necessário conferir-lhe mais legitimidade. Nice é já um passo na boa direcção.

**Não me parece oportuno criar o lugar de Presidente da União coincidente com o de Presidente do Conselho Europeu.** Isto reforçaria a dimensão intergovernamental da União e seria atentatório do sistema das presidências, a que atribuímos grande importância e que não aceitaremos que seja eliminado sem que seja encontrada uma alternativa credível.

A posição do meu país é clara: **Portugal não quer uma Europa que seja um super-Estado federal** baseado numa constituição que se sobreponha às dos seus Estados membros; **mas também não quer uma Europa minimalista,** sem sentido de solidariedade no plano interno e sem capacidade de afirmação no plano externo.

**Queremos um Tratado Constitucional** que traduza uma verdadeira Europa comunitária. A nossa ideia de Europa é também a de uma **Europa aberta sobre o exterior,** através da qual possam frutificar as relações com países terceiros, nomeadamente a relação transatlântica com os Estados Unidos que é duma extrema importância.

Será importante introduzir uma maior homogeneidade no sistema inter-institucional da União. Uma possibilidade seria **aplicar horizontalmente os princípios do método comunitário,** se bem que com certas excepções, claramente definidas, como em matéria de cooperação judiciária penal ou nas questões de defesa.

**A Comissão manteria o poder exclusivo de iniciativa,** que poderia ser alargado a outros domínios.

**O Conselho de Ministros deveria, por norma, tomar decisões por maioria qualificada.** A manutenção da unanimidade em domínios considerados vitais pelos Estados membros não seria inconveniente se esses domínios fossem claramente limitados.

**O Conselho Europeu deveria continuar a ser o principal órgão** impulsionador e orientador da União.

Quanto ao **Parlamento Europeu,** deveriam ser-lhe atribuídos **mais poderes nos domínios orçamental e legislativo.**

# Barroso impressiona Deputados do PPE



*Hans-Gert Poettering, Presidente do Grupo PPE no PE*

## Um aliado forte

Foi com grande alegria que recebemos o Primeiro-Ministro português Durão Barroso em Estrasburgo para um debate muito importante e "carregado" de questões actuais da política europeia.

O PPE-DE tem, em Durão Barroso um aliado forte e convincente entre os chefes dos governos europeus na defesa do nosso objectivo comum da integração europeia.



*José Maria Gil-Robles, antigo Presidente do Parlamento Europeu*

## Uma excelente impressão

A intervenção do Primeiro Ministro Durão Barroso causou uma excelente impressão e teve um acolhimento caloroso.

Foi especialmente apreciada pela defesa sem ambiguidades do método comunitário e do actual equilíbrio interinstitucional, apoio ao papel da Comissão e recusa de qualquer solução que reforce o carácter intergovernamental da União.



*José Ignacio Salafranca, Vice-Presidente do Grupo PPE*

## Uma visão europeísta

O Primeiro-Ministro expôs uma visão europeísta, racional e apaixonada do momento que atravessam as instituições comunitárias. O seu discurso configura uma aposta inequívoca numa União mais forte e mais aberta ao Mundo.

Durão Barroso ao defender a necessidade de um Tratado Constitucional para a União animamos na defesa do nosso modelo de Europa.



*Miel Smet, Ministra de Estado belga*

## Pelo Método Comunitário

Como Deputada europeia e antiga ministra belga, sou sensível às posições dos "pequenos" Estados como Portugal.

Gostei de ouvir um Chefe de Governo que apoia o método comunitário em detrimento do método intergovernamental.

Para os Estados mais pequenos é a única via que permitirá o equilíbrio de uma Europa com 25 Estados-Membros.



*Giorgos Dimitrakopoulos, Vice-Presidente do Parlamento Europeu*

## Um estadista

O Primeiro-Ministro de forma clara e articulada apresentou a posição portuguesa sobre o futuro da Europa assim como sobre aspectos importantes das políticas europeia e internacional.

Considererei-a brilhante e muito bem estruturada e a melhor prova do empenhamento de Portugal na construção europeia.

Já agradeço aos colegas portugueses a oportunidade de ter conhecido um verdadeiro estadista.



*Antonio Tajani Presidente da Delegação da Forza Italia no PE*

## Dupla legitimidade

Com um forte sentimento europeísta, Durão Barroso sublinhou a importância do papel que os Estados-Membros devem continuar a desenvolver.

Existem na Europa, duas legitimidades: uma comunitária, outra dos Estados. E a Convenção deve ser o lugar de encontro destas duas fontes de legitimidade.

Esta posição parece-me a mais razoável e foi a escolhida por Barroso.



*Bartho Pronk, Deputado holandês*

## Defender os "pequenos"

Fiquei muito impressionado com o discurso.

Sobretudo pelo sublinhado que fez da importância dos pequenos países da União e pela defesa das instituições europeias que protegem os interesses dos cidadãos e dos Estados menos populosos.



*Luigi Cocilovo, membro do Bureau do PPE*

## Prestígio e credibilidade

Barroso demonstrou como se pode fazer o equilíbrio entre pequenos e grandes países, soberania nacional e constituição europeia, eficácia e alargamento, sem renunciar ao desígnio europeu.

Provou-nos que não é necessário ser governo de um grande país para se ter prestígio, credibilidade e autoridade política.

# Relatório Coelho defende cidadania europeia



**O Parlamento Europeu aprovou o Relatório do Deputado Carlos Coelho sobre cidadania europeia.**

Na apresentação do Relatório, Carlos Coelho defendeu que é *"essencial promover a consciência de um património comum fundado num conjunto de tradições e valores fundamentais comuns e simultaneamente de reconhecimento de um certo número de direitos, como é o caso.*

*Não queremos, acrescentou, um conceito de cidadania europeia entendido como a criação artificial de uma identidade supranacional, que vise substituir os sentimentos nacionais".*

Para Carlos Coelho, *"A cidadania europeia é assim de 'sobreposição', vem acrescentar-se à cidadania nacional, completando-a e ampliando-a. Não existe forma autónoma de adquiri-la que não seja a de ter nacionalidade de um Estado Membro".*

Carlos Coelho recordou que, *"embora a Comunidade tenha tido um percurso essencialmente*

*económico, neste momento, é muito mais do que uma comunidade económica. É a casa de mais de 375 milhões de pessoas que não são apenas consumidores num vasto mercado único, mas são também cidadãos da União Europeia, que têm o direito de se deslocar livremente no seu seio e de se estabelecer em qualquer parte do seu território, quer por razões pessoais ou profissionais, e que esperam poder viver sem receio de perseguições, discriminações ou violência (o que acentua a necessidade de intensificar a cooperação entre as forças policiais, os serviços aduaneiros e os sistemas judiciais).*

*No entanto, o reconhecimento desta cidadania europeia tem sido um processo moroso, que ainda hoje se depara com demasiados obstáculos, designadamente no que se refere ao exercício do direito à liberdade de circulação e de residência dos cidadãos".*

Carlos Coelho convidou, ainda, a Convenção sobre o Futuro da União Europeia, *"a decidir qual o valor jurídico vinculativo que deve ser conferido à Carta dos Direitos Fundamentais e a integrar no âmbito comunitário as regras que pertencem ao domínio do 3º Pilar, bem como a procurar assegurar que os textos que consagram as políticas da UE, sejam legíveis pela generalidade dos cidadãos".*

## Principais propostas do Relatório Coelho

- **Informação** - É essencial reforçar através de todos os meios disponíveis uma política de informação e de comunicação da União Europeia, orientada e adaptada para a população a que se destina. É indispensável **tornar acessível ao público**, nas várias línguas oficiais e a título gratuito, **a base documental da UE**, e favorecer o desenvolvimento de portais interactivos.

- **O constante declínio da taxa de participação dos cidadãos da União nas eleições europeias** mina a legitimidade do Parlamento Europeu. É essencial adoptar as medidas necessárias para permitir uma **maior sensibilização do eleitorado** em relação à importância deste escrutínio. Não faz sentido, por exemplo, que em Portugal o dia das eleições europeias coincida frequentemente com o feriado nacional prejudicando a participação eleitoral.

- **A protecção diplomática e consular.** É importante que os Estados Membros que ainda não o fizeram, adoptem, juridicamente, as medidas necessárias para garantir protecção diplomática e consular aos cidadãos da UE, nos países onde o seu Estado de origem não se encontre representado.

- **A protecção dos cidadãos.** É essencial que os Estados Membros tomem todas as medidas necessárias para que possa ser garantido o respeito dos Direitos Fundamentais, a protecção dos cidadãos contra o terrorismo e a criminalidade organizada, um apoio e indemnização às vítimas; bem como para que seja garantido um acesso efectivo e equitativo dos cidadãos europeus à justiça.

- **Entraves à livre circulação** de estudantes e formadores. É importante que se adopte urgentemente o Plano de Acção para a Mobilidade, de modo a **facilitar e incrementar a mobilidade dos estudantes, dos voluntários, dos professores e formadores**; é indispensável que haja um reforço dos programas já existentes, embora ainda insuficientes, e que contribuam para um melhor conhecimento mútuo, um espírito de tolerância e a emergência de uma consciência europeia.

- Por outro lado, os Estados Membros e as autoridades competentes, no âmbito dos seus programas educativos, deverão reforçar um **melhor conhecimento da Europa**, nomeadamente através do ensino da história e das línguas.



## Arlindo Cunha contra eliminação de subsídios à agricultura

O Deputado Arlindo Cunha criticou a Resolução do Parlamento Europeu relativa à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, pelas referências feitas "à eliminação dos subsídios à agricultura e à Política Agrícola Comum (PAC)".

Arlindo Cunha, em intervenção no Plenário do PE, em Estrasburgo, expressou as suas críticas em três pontos:

*"Em primeiro lugar porque está em contradição com o texto da Declaração de Doha da OMC, aonde a União Europeia aceitou não só continuar o processo de redução dos seus subsídios à exportação, como conseguiu que ficasse referido que todo o tipo de apoios às exportações deveria ser reduzido, o que passará a incluir também os créditos de garantia e as ajudas às empresas públicas.*

*Em segundo lugar porque pedir que a União Europeia elimine unilateralmente os seus subsídios à agricultura, pensando que isso, só por si, resolve os problemas dos países mais pobres, revela uma inacreditável ingenuidade e irrealismo. E isto especialmente no momento em que os Estados Unidos da América acabam de aprovar uma nova política agrícola que aumenta os subsídios face ao passado e que tem reconhecidos efeitos depressores sobre os preços mundiais.*

*Em terceiro lugar porque este projecto de resolução não faz qualquer referência à iniciativa da UE 'Tudo menos Armas' que, ao aceitar a entrada a taxa zero nos seus mercados aos principais produtos dos 50 países mais pobres do mundo, é até agora a mais generosa e mais relevante iniciativa real de apoio ao desenvolvimento dos países do Hemisfério Sul".*



## Joaquim Piscarreta apoia Fundo da UE para catástrofes

O Deputado Joaquim Piscarreta apoiou a proposta da Comissão Europeia "de criar um fundo especial de auxílio para desastres naturais, tecnológicos e ambientais, num valor não inferior a 1000 milhões de euros. Este fundo, acrescentou, permitiria uma resposta rápida em caso de calamidades no sentido largo do termo".

O Deputado social democrata defendeu que "as ajudas devem ser directas e imediatas, porque as vítimas não se compadecem com burocracias e atrasos

administrativos e que, a curto prazo, se proceda ao estabelecimento de uma linha orçamental excepcional para responder a este tipo de calamidades, à reorientação de fundos estruturais já atribuídos tendo em conta a nova realidade e ao desbloqueamento de créditos concedidos no âmbito dos programas de pré-adesão".

Na sua intervenção, no debate no Plenário do Parlamento Europeu sobre as chuvas torrenciais que neste Verão fustigaram o centro da Europa, Joaquim Piscarreta recordou que "Portugal também sofreu intempéries catastróficas, no centro e no norte em 2001 e nos Açores e Madeira em 2002, além de ser confrontado anualmente com o flagelo das secas e incêndios florestais".



## Sérgio Marques quer apoios para o sector energético nos Açores e Madeira

O Deputado Sérgio Marques questionou a Comissão Europeia sobre a interrupção da compensação financeira à Madeira e Açores pelos sobrecustos com o transporte marítimo de produtos petrolíferos.

Sérgio Marques quer saber quando é que a Comissão procederá à avaliação da ajuda concedida ao sector energético das Regiões Autónomas portuguesas entre 1991 e 1993, no âmbito do POSEIMA. Esta avaliação permitirá, em princípio, a reposição dos apoios suspensos desde 1994, pelo que Sérgio Marques questionou também a Comissão Europeia acerca da disponibilização de uma linha orçamental própria, complementar aos Fundos Estruturais, para financiar a vertente energia do programa POSEIMA.

"Quando irá concretizar a Comissão a sua intenção de introduzir um enquadramento específico para as Regiões Ultraperiféricas, que lhes permita beneficiar plenamente dos financiamentos previstos nos vários programas de energia que integram as políticas comunitárias de energia e de IDT da Comunidade", questionou ainda o Deputado social democrata.

Sérgio Marques recorda que a Madeira e os Açores "beneficiaram entre 1991 e 1993, ao abrigo da vertente energia do programa POSEIMA, de uma ajuda destinada a compensar o sobrecusto do transporte marítimo dos produtos petrolíferos entre o continente e os depósitos principais situados nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, bem como entre estes e os depósitos secundários situados noutras ilhas de ambos os arquipélagos" tendo consagrado parte dessa ajuda a "programas de incentivo ao investimento em matéria de economias de energia e desenvolvimento de fontes de energia locais renováveis, com efeitos positivos".



## Carlos Coelho visita Centro Operacional do SIS



O Deputado **Carlos Coelho** visitou, em Estrasburgo, o **Centro Operacional do SIS** (Sistema de Informação Schengen).

O Centro Operacional do SIS está classificado como instalação de segurança e depende dos Governos dos Estados-Membros. Foi concedida uma autorização especial ao Deputado Carlos Coelho para entrar nas instalações dada a sua qualidade de **Relator do Parlamento Europeu para o desenvolvimento do SIS-II** (a segunda geração do Sistema).

O SIS é a maior base de dados na Europa, e tem uma função dupla: por um lado, a sua acção repercute-se ao nível da manutenção da ordem pública e da segurança, e por outro, ao nível da emigração dando apoio às medidas tendentes a compensar o facto de existir uma livre circulação de pessoas.

Este sistema pode ser consultado a partir de mais de 50.000 terminais, por milhares de agentes policiais e outros, tais como autoridades responsáveis por questões de emigração e também por pessoal das Embaixadas responsável pela emissão de vistos.

## Regina Bastos defende maior participação das mulheres



A Deputada **Regina Bastos** denunciou "a *insuficiente participação das mulheres a nível dos Parceiros Sociais na União Europeia e as suas consequências na concretização da política de Igualdade de Oportunidades*".

Num debate no Plenário do Parlamento Europeu sobre a representação das mulheres a nível dos parceiros sociais na União Europeia, Regina Bastos salientou o facto de "*em Portugal, a taxa de actividade das mulheres ter vindo a aumentar continuamente ( de 38% em 1985 a 44,2% em 1999). No entanto, considerou, tal evolução não tem tido correspondência ao nível da participação das mulheres nos processos de tomada de decisão e continuam a existir muitas desigualdades*".

Regina Bastos recordou ainda "*que vários estudos confirmam que o efeito da presença de mulheres nos órgãos de decisão e nas negociações colectivas reflecte-se positivamente na concretização da política de igualdade de oportunidades. Assim, a sua representação equilibrada a nível dos parceiros sociais tornará o ambiente laboral e a cultura organizativa mais favoráveis*".

## Os Deputados do PSD

### José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

### Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

### Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

### Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

### Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

### Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

### Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

### Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int

### Joaquim Piscarreta

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

e-mail:

JPiscarreta@europarl.eu.int

## CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luís Fernandes e Sandra Nunes**

Ilustrações: **Júlio Pisa**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551